

RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA

Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Cabo Verde, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de ECV 41.359.935 milhares e um total de capital próprio de ECV 329.289 milhares, incluindo um resultado líquido de ECV 417.050 milhares), as demonstrações de resultados e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras contendo um resumo das principais políticas contabilísticas e outras informações explicativas.

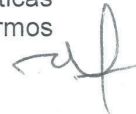
Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas do Banco de Cabo Verde. Esta responsabilidade inclui: (i) a concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude quer a erro; (ii) a selecção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas; e (iii) o apuramento de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Responsabilidades do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 6 abaixo, conduzimos a nossa auditoria em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

4 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos destinados a obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude quer a erro. Ao efectuar essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pela Administração, bem como a avaliação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



Banco de Cabo Verde

5 Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Bases para uma Opinião com Reservas

6 Conforme se refere na Nota 2.1 l) e m) das Notas às demonstrações financeiras, o Banco assumiu o compromisso de (i) relativamente aos empregados admitidos até 31 de Dezembro de 1993, ou aos seus cônjuges, pagar em prestações pecuniárias, pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência, e de compartilhar as despesas de tratamento médico no exterior e (ii) de pagar aos seus colaboradores no activo um prémio de antiguidade quando estes completarem um determinado número de anos ao seu serviço. A cobertura destas responsabilidades é assegurada directamente pelo Banco, existindo para tal provisões para pensões e para prémios de antiguidade, que em 31 de Dezembro de 2009 ascendiam a ECV 2.512.520 milhares e ECV 32.302 milhares, respectivamente. O estudo actuarial mais recente de que o Banco dispõe reporta-se a 31 de Dezembro de 2006 e apenas contempla as responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, as quais nessa data foram estimadas em cerca de ECV 2.090.000 milhares, pelo que nestas circunstâncias, por falta de informação relevante e actualizada, não nos encontramos em condições de concluir em que medida as quantias constantes nas demonstrações financeiras anexas, relativas a pensões de reforma e sobrevivência, custos médicos no exterior e prémios de antiguidade, expressam adequadamente os efeitos decorrentes das responsabilidades assumidas.

Opinião com Reservas

7 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Cabo Verde em 31 de Dezembro de 2009 e o seu desempenho financeiro no ano então findo, em conformidade com os princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas do Banco de Cabo Verde, os quais se encontram resumidos na Nota 2.1 das Notas às demonstrações financeiras.

Lisboa, 31 de Março de 2010

PricewaterhouseCoopers & Associados
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Representada por:


José Manuel Henriques Bernardo, R.O.C.

(2)